

A revolução juvenil: uma velha história

ZANETTI, Hermes. **Juventude e revolução**. Brasília: Editora da UnB, 2001, 242p.

Romero G. Maia*

O livro “Juventude e Revolução” é o produto final de uma pesquisa empreendida pelo mestre em Ciência Política pela UnB, Hermes Zanetti. Levando em conta sua dimensão, e o apuro da construção metodológica que tornou exequível a coleta de dados, trata-se de um estudo de relevância incontestável para as pesquisas sobre jovens no Brasil. Ao todo foram aplicados 2.082 questionários, com 86 perguntas cada, em 21 cidades brasileiras, sendo 11 capitais, 5 cidades médias e 5 cidades pequenas “com características mais rurais” (ZANETTI, 2001: 67). Juntas, essas cidades abrangem todas as regiões geográficas do Brasil. O autor também se preocupou em obter informações que não são passíveis de captação pelo método quantitativo. Para tal empresa, realizou 14 entrevistas estruturadas com pessoas que foram jovens e revolucionários na década de 60, identificando, entre eles, 4 grupos: os que não mudaram, os que mudaram um pouco, os que mudaram mais e os que mudaram para a direita.

A pergunta central que norteia todo o trabalho é se a juventude brasileira teria uma atitude revolucionária mais acentuada que os maduros. O entendimento dos conceitos utilizados é fundamental para situar o marco teórico dentro do qual essa questão pôde ser formulada. Por juventude, Zanetti entende o contingente da população brasileira com idade de 16 a 25 anos e como a variável independente do estudo. A atitude revolucionária é apresentada como um conceito que possui três critérios de mensuração: intensidade, frequência e consistência. Tais critérios são usados de forma combinada para indicar a disposição de se adotar a revolução como saída para problemas políticos e sociais. O conceito de *revolução*, por sua vez, é entendido por Zanetti a partir da contribuição de autores como Hanna Arendt e Florestan Fernandes. Destaca na formação desse conceito três elementos fundamentais: a noção de irresistibilidade da insurgência de uma revolução, a sua necessária vinculação com a chamada “atitude revolucionária”, e o fato de que ela é inscrita numa sociedade por meio de mudanças drásticas e violentas em sua estrutura.

O livro é organizado em 3 grandes partes, a saber: Panorama Revolucionário (Introdução e o primeiro capítulo), Apresentação da Pesquisa (que compreende os capítulos II a VI), e Caminhos de Futuro (com os dois capítulos finais, VII e VIII).

* Sociólogo efetivo da Prefeitura do Recife. E-mail: romeromaia@gmail.com

Na Parte I, repleta de citações, vai expor o que podemos identificar como o balanço geral de sua revisão de literatura. Os elementos trazidos para reflexão são diversos, todavia é perceptível a ênfase na área da Sociologia da Juventude e, secundariamente, da Psicologia da Adolescência, sob as quais assenta seus pressupostos. Outro ponto importante é a presença de conhecimento histórico como elemento de comparação. Analisa a evolução histórica do direito de voto que começa em 1824 onde apenas homens de 25 anos e com renda de cem mil réis votavam no Brasil, e vai até 1937, quando o voto é estendido a todos indivíduos com 18 anos ou mais, de ambos os sexos. Do mesmo modo, o próprio conceito de juventude é analisado sob a luz da história. Por exemplo, as fases da vida que eram admitidas pelo campesinato tradicional francês somavam oito no total. Ou seja, enquanto hoje em dia falamos corriqueiramente apenas nas fases: infância, juventude ou adolescência, adulta e da velhice; em algumas regiões da França o campesinato tradicional reconhecia as fases: primeira infância (que prosseguia até o fim do aleitamento), as crianças, jovens, recém-casados, pais de família, viúvos, velhos e falecidos. Um outro exemplo que ilustra uma variabilidade do conceito através do espaço e da cultura, é o caso da sociedade japonesa. Ela reconhece as fases criança (até 6 anos), shônen (6 a mais ou menos 15 anos), seinen (rapaz ou moça) e otona (adultos e mais velhos). Diante desse quadro, o autor é levado à conclusão de que as etapas ou conceitos variam a cada cultura ou época e não têm um critério objetivo para serem classificados.

Não obstante, insiste em estabelecer uma definição de juventude para sua pesquisa alicerçada na noção estática de intervalo de idade. Com base em outros estudos sociológicos realizados, em noções de evolução fisiológica, nos comportamentos ditados pela cultura, nas relações de trabalho (no Brasil o trabalho, como aprendiz, é permitido pela lei já a partir dos 14 anos, ao passo que o voto, só aos 16), na evolução dos meios de comunicação, na lei da maioridade legal e responsabilidade civil e criminal, Zanetti vai definir que, no Brasil, para ser jovem basta ter entre 16 e 25 anos. Acontece que o autor não usa a história e a cultura pelo viés historicista (originário do século XIX) ou relativista (típico da Escola Americana, de Franz Boas). Esses elementos são tomados pelo autor como instâncias meramente comparativas e auxiliares, na tentativa de verificar regularidades universais e atemporais. Como resultado desse raciocínio oscilante, termina por cair em contradição com sua primeira conclusão ao afirmar: "Ao longo do tempo as características fundamentais da juventude não sofreram grandes mudanças" (ZANETTI, 2001: 44). Chega a defender que algumas características como a busca de autonomia, a revolta, a agressividade, a organização grupal, e uma mística "potencialidade latente", podem ser atribuídas como feições inerentes aos indivíduos entre 16 e 25 anos (no Brasil). Em pleno acordo com G. Lapassade, Zanetti acredita que a ruptura com a sociedade seria a marca inerente da juventude, pois esta apresenta o sentimento de inconformismo mesmo quando inserida em realidades socioeconômicas distintas, isto é, seria

um traço próprio dos jovens, transcendendo fronteiras de países, classes, cor, status, e gênero.

Na Parte II, são apresentadas ao leitor as respostas obtidas através dos questionários e das entrevistas. Reunidas, elas constroem um grande mosaico demonstrativo de dados e conclusões a respeito da identidade política, do *status* sócio- econômico, e da atitude revolucionária dos jovens brasileiros, além de averiguar a influência da religião e da condição de estudante nessa mesma atitude revolucionária. Suas conclusões sempre apontam para a confirmação de sua hipótese de que, independentemente de outras variáveis, o fato de ser jovem traz embutido em seu bojo certas feições marcantes. Um dos resultados de seu questionário, por exemplo, foi que 77% dos jovens têm atitude revolucionária e que ela está presente nos jovens *indistintamente* das regiões geográficas e tipos de cidade. Outra conclusão tirada da análise dos dados é a existência de uma atitude revolucionária mais freqüente, mais intensa e mais consistente nos jovens em comparação com os adultos e que essa relação permanece intacta *independentemente* do que se entenda por revolução. Nem mesmo o *status* de estudante consiste, segundo Zanetti, num fator preponderante para correlação entre juventude e revolução, uma vez que constata a diminuição da atitude revolucionária nos estudantes maduros em comparação aos estudantes jovens:

Assim, os jovens têm atitude revolucionária por serem jovens, que se acentua na sua condição de estudantes e que tem um índice de inconformidade, dizendo-se revolucionários, muito mais intenso quando são estudantes. O jovem, quando estudante, posa mais de revolucionário do que realmente é. (ZANETTI, 2001: 152)

A seção qualitativa da pesquisa feita tomando por base entrevistas realizadas com 14 adultos que foram jovens revolucionários na década de 60, por sua vez, é tratada por Zanetti, no que diz respeito aos discursos colhidos, através de uma lógica sincrônica míope. Construindo uma escala de posição política que varia de 0 (extrema direita) a 10 (extrema esquerda), segundo o ímpeto da atitude revolucionária, o autor conclui que os decréscimos percebidos durante a vida dos entrevistados são decorrentes de nenhum outro motivo a não a ser o aumento da idade e o conseqüente afastamento do impulso contestador, fatal, da juventude. Chega a parecer que o autor desconhece as profundas diferenças dos contextos sociais que cercavam os jovens da ditadura militar (desapropriados de quase todos seus direitos políticos e de sua liberdade de expressão, sem contar no aprofundamento do nível de desigualdade de renda entre as classes¹), e os que forneceram dados para seus questionários

¹ Segundo o IBGE, no início da década de 60, os 10% mais ricos ganhavam, em média, 34 vezes mais que os 10% mais pobres. No final da ditadura militar, os 10% mais ricos estavam ganhando cerca de 60 vezes mais que os 10% mais pobres. Entretanto, no fim dos anos 90, a amplitude dessa disparidade entre rendas cai para 44 vezes, devido, entre outras coisas, à queda da inflação. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/seculoxx.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2009.

em 1998 e 1999 (um país que vivia, certamente, uma forte crise financeiro-especulativa, mas que pelo menos garantia uma democracia formal, com o direito da livre manifestação do pensamento, de voto, e da inviolável liberdade de consciência e de crença, além de apresentar um índice menor de desigualdade entre as classes).

A última parte do livro é resguardada a reflexões e opiniões pessoais do autor, podendo ter ou não algum embasamento nos dados das pesquisas quantitativa, qualitativa e exploratória. Com relação especificamente à juventude brasileira, ele afirma que quando se trata do envolvimento político “leve” (via instituições tradicionais e no âmbito da ordem) a presença do jovem é inversamente proporcional ao tamanho da sua cidade. Se observarmos um envolvimento político “pesado” (atitudes mais fortes de contestação), a presença do jovem será proporcional ao tamanho da cidade. Essas relações se dariam, sugere o autor, por causa do grau de impessoalidade das relações sociais nas metrópoles. Nas cidades menos populosas, a menor complexidade de identificação com os valores tradicionalmente estabelecidos e a maior aproximação e dependência entre as pessoas, seja no âmbito familiar, seja na vizinhança, acarretariam a predominância de um envolvimento político mais calmo. Essa tendência seria, portanto, a única diferença política entre os jovens dos grandes centros urbanos e das cidades menos urbanizadas ou rurais. É interessante notar que Zanetti não incorpora em sua reflexão o fenômeno do recrudescimento da desigualdade social nos grandes centros, uma vez que isso poderia explicar a maior incidência de posturas políticas mais agressivas. Ele chega mesmo a descartar a desigualdade. Diz que, em comparação com período ditatorial, se hoje a situação de injustiça social continua, então não seria simplesmente a desigualdade (apesar de estimular a atitude revolucionária) a responsável por incendiar o combustível da revolução. A lógica de Zanetti é tão clara quanto unilateral e limitada: a atitude revolucionária é o combustível da revolução, como ela é mais acentuada nos jovens, então são os jovens (não apenas do Brasil) os agentes principais de transformação de uma sociedade. Além disso, ele deduz a partir de sua pesquisa que, em geral, os jovens brasileiros são coerentes. Sua atitude (ser ou não a favor de algo) e o seu comportamento (participar ou não de algo) andam em consonância. Até o *impeachment* do presidente Collor é usado pelo autor com exemplo da importância patente do jovem dentro do processo revolucionário brasileiro: “quando a juventude entrou pra valer o movimento teve conseqüências” (ZANETTI, 2001: 188). Zanetti termina o livro declarando sua esperança (ingênuo?) na juventude brasileira que, para ele, não quer esperar a “vanguarda revolucionária” e não aceita a elite dominante. Destarte, conclui com uma frase irrefutável: “o futuro é, com certeza, dos jovens” (ZANNETI, 2001: 191). Realmente dos velhos não será.

Recebida em *Setembro* de 2009

Aprovada em *Outubro* de 2009